

Relatório da Administração

Senhores,

Atendendo às exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), divulgamos neste ato, o Relatório de Administração atrelado as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes da Clube de Saúde Administradora, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Apresentação

Com 10 anos de atuação no mercado, a Clube de Saúde é uma administradora de benefícios especializada em planos de saúde regionalizados com registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nº 41929-0.

Um dos grandes diferenciais da Clube de Saúde é oferecer cobertura e qualidade de atendimento e preços acessíveis.

Política de Destinação dos Lucros

A Empresa, de acordo com as disposições estatutárias, estabeleceu que do lucro apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, a Provisão para o Imposto sobre a Renda e os Prejuízos Acumulados. A Administração por deliberação dos sócios, decidiu-se que o lucro líquido poderá ser:

- Distribuído aos sócios, sendo admitida a distribuição desproporcional de lucros; ou
- Retido, total ou parcial, em conta de lucros suspenso ou de reservas, ou capitalizado.

Negócios Sociais e Principais Fatos Internos e/ou Externos que tiveram influência na "Performance" da Sociedade/Entidade e/ou No Resultado do Exercício

Tivemos três anos de muitos desafios para a Clube de Saúde, foram três anos de uma pandemia no Brasil que culminaram em algumas mudanças. Desde 2022 a Clube de Saúde decidiu retomar a volta ao escritório, operando em modelo híbrido, no qual os colaboradores vão algumas vezes por semana ao escritório. O trabalho remoto foi impulsionado e amadurecido pela pandemia e cabe ressaltar que diante desta nova rotina a empresa buscou aperfeiçoar os seus dispositivos de monitoria e controle de forma a manter altos índices de performance em seus departamentos, pois o distanciamento social exigiu maior conectividade e colaboração entre as equipes.

Da mesma forma, tivemos cuidado e atenção especial com nossos clientes, evitando que percebessem, por imposição da nova dinâmica de trabalho, qualquer redução na qualidade de nosso atendimento. Mantivemos todos os nossos índices de excelência e atendimento levando aos nossos clientes a melhor experiência na gestão de seus planos de saúde. Mesmo com todos os obstáculos, 2023 foi marcado por conquistas importantes na consolidação da empresa e na sua estratégia de retomada do crescimento. O Relatório Anual traz informações sobre o progresso de nossa Visão, parte das nossas estratégias e demais apontamentos. Durante o último ano, demos continuidade ao processo de profissionalização, buscando aprimorar e implementar as melhores práticas em todos os setores da empresa como alavanca de suporte ao nosso crescimento.

Reorganização societária

Em 1 de outubro de 2021, 98,81% das cotas da Empresa que pertenciam a Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (Qualicorp Benefícios), foram transferidas para a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

Em 2022 e em 2023 não apresentamos mudanças.

Perspectivas e planos da administração para o exercício seguinte

A Empresa vai priorizar uma melhor alocação de capital ao longo de 2024, com objetivo de aumentar significativamente sua geração de caixa livre através de: i) racionalização dos investimentos e incentivos aos canais; ii) austeridade nos gastos e despesas, principalmente os de caráter discricionário, com busca por maior eficiência operacional; iii) melhora no capital de giro; e iv) otimização da estrutura tributária.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, recursos alocados montantes e origens dos, inclusive aqueles voltados aos programas de promoção e prevenção à saúde

Não houve.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento

A Empresa afirma que ao final do ano de 2023, detinha disponível, tendo capacidade financeira de assumir seus compromissos, e ela não possui títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento.

A administração manteve ao longo do ano sua capacidade financeira voltada em manter suas operações, bem como manter suas obrigações regulares junto a agência reguladora.

Informações Complementares

Os demais itens previstos pela RN nº 528 de 2022, não foram citados, pois são inaplicáveis ou não praticados por esta Empresa, mas sempre estando em conformidade com as normas das ANS.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O


Carlos Augusto Amado Junior
CRC SP-292320/O-0

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		88.565	82.703	PASSIVO CIRCULANTE		40.659	42.353
Disponível	7	41.209	38.883	Débitos de Operações de Assistência à Saúde		22.443	38.413
Realizável		47.356	43.820	Contraprestações / Prêmios a Restituir		1.208	1.094
Aplicações Financeiras	8	-	7.095	Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios	15	4.795	6.593
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	9	10.623	6.603	Débitos de Operações de Administração de Benefícios	14	16.440	30.726
Créditos de Operações de Administração de Benefícios		10.623	6.603	Provisão para IR e CSLL		1.491	1.301
Outros Créditos de Operações de Assistência à Saúde		-	-				
Créditos Tributários e Previdenciários		2.440	5.504	Tributos e Encargos Sociais a Recolher		412	420
Bens e Títulos a Receber	10	34.217	24.618	Débitos Diversos	16	16.313	2.219
Despesas Antecipadas		76	-				
				PASSIVO NÃO CIRCULANTE		2.490	13.385
ATIVO NÃO CIRCULANTE		36.205	50.790	Débitos Diversos	16	9	9.538
Realizável a Longo Prazo		17.429	23.779	Provisões		2.481	3.847
Créditos Tributários e Previdenciários	12	4.249	1.057	Provisões para Tributos Diferidos		-	1.608
Depósitos Judiciais e Fiscais		748	581	Provisões para Ações Judiciais	17	2.481	2.239
Bens e Títulos a Receber	10	12.432	22.141				
Imobilizado		14	62	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		81.621	77.755
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		-	-	Capital Social	18	45.133	45.133
Direito de uso de arrendamento		14	62	Reserva de Capital		2.895	2.895
Intangível	13	18.762	26.949	Reservas de Lucro		33.593	29.727
				Lucros e Prejuízos Acumulados		-	-
TOTAL DO ATIVO		124.770	133.493	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		124.770	133.493

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		64.196	64.869
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		68.824	69.421
Receitas com Administração		68.824	69.421
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(4.628)	(4.552)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(31.299)	(25.863)
Receitas com Outras Operações de Planos de Assistência à Saúde		6	105
Outras Receitas Operacionais		1.864	2.789
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(32.507)	(28.651)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	19	(16.828)	(22.491)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	9	(15.679)	(6.160)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		(662)	(106)
RESULTADO BRUTO		32.897	39.006
Despesas Administrativas	20	(21.403)	(20.614)
Despesas de Comercialização		-	-
Resultado Financeiro Líquido	21	7.341	4.013
Receitas Financeiras		10.291	10.410
Despesas Financeiras		(2.950)	(6.397)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		18.835	22.405
Imposto de Renda	22	(4.830)	(1.838)
Contribuição Social	22	(1.756)	(670)
Impostos Diferidos	22	3.879	(3.487)
Participações sobre o Lucro		(40)	(14)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		16.088	16.396
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i>			

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16.088	16.396
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	16.088	16.396

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Este documento foi assinado digitalmente por Adriana Ricardo Arrais.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código A8C6-8ED3-5409-9E2D.

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Integralizado	Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucro	Reserva de Capital	Lucro/(Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		39.002	-	1.129	12.568	2.895	-	55.594
Ajuste por adoção de Norma Contábil		-	-	-	(8)	-	-	(8)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022		39.002	-	1.129	12.560	2.895	-	55.586
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	16.396	16.396
Integralização de Capital		6.131	(6.131)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.058	-	-	-	-	6.058
Distribuição de Lucros		-	73	-	-	-	(360)	(287)
Constituição de reserva legal		-	-	820	-	-	(820)	-
Dividendo adicional proposto		-	-	-	15.216	-	(15.216)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		45.133	-	1.949	27.776	2.895	-	77.753
Ajuste por adoção de Norma Contábil		-	-	-	(1.743)	-	-	(1.743)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023		45.133	-	1.949	26.033	2.895	-	76.010
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	16.088	16.088
Integralização de Capital		-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de Lucros		-	-	-	-	-	(3.233)	(3.233)
Constituição de reserva legal	18	-	-	804	-	-	(804)	-
Dividendo adicional proposto	18	-	-	-	(7.244)	-	-	(7.244)
Constituição de reserva de lucro	18	-	-	-	12.051	-	(12.051)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		45.133	-	2.753	30.840	2.895	-	81.621

CLUBE DE SAÚDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2023	31/12/2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimentos de Plano de Saúde		656.041	613.264
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras		3.316	2.501
(+) Outros Recebimentos Operacionais		11.134	1.091
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde		(577.029)	(546.452)
(-) Pagamentos de Pessoal		(931)	(1.170)
(-) Pagamentos de Serviços de Terceiros		(4.104)	(5.037)
(-) Pagamentos de Tributos		(5.505)	(6.819)
(-) Pagamentos de Aluguel		-	(64)
(-) Pagamentos de Promoção / Publicidade		(1)	-
(+) Aplicações Financeiras		6.663	(331)
(-) Outros Pagamentos Operacionais		(82.432)	(26.925)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	23	7.152	30.058
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(-) Pagamentos relativos ao ativo intangível		-	(1.543)
(-) Outros pagamentos das atividades de investimento		-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		-	(1.543)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+) Integralização de Capital em Dinheiro		-	6.058
(-) Pagamentos de Participações no Resultado		(4.826)	(270)
(-) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos / Financiamentos / Leasing		-	(17)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(4.826)	5.771
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		2.326	34.285
Caixa - saldo inicial	7	38.883	4.597
Caixa - saldo final	7	41.209	38.883
Ativos livres no início do ano (*)	7	38.883	4.597
Ativos livres no fim do ano (*)	7	41.209	38.883
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES		2.326	34.286

(*) Refere-se ao saldo do grupo Disponível (Caixa, Bancos Conta Depósito, Aplicações de Liquidez Imediata e Numerários em Trânsito).

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

CLUBE DE SAUDE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações Gerais

a) Contexto operacional

A Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda. ("Clube de Saúde" ou "Empresa"), é uma Sociedade Limitada, constituída em 7 de outubro de 2013, com sede em São Paulo - SP, controlada pela Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. ("Grupo Qualicorp"), cujo objeto social é atuar como "administradora de benefícios", conforme as Resoluções Normativas nº 195 e nº 196 da Agência de Saúde Suplementar ("ANS"), sem a assunção do risco da operação, atuando ou não como estipulante na contratação coletiva de planos, representando e prestando serviços para pessoas jurídicas contratantes de planos privados de assistência à saúde, coletivos, participantes e beneficiários de planos de assistência à saúde e odontológico, que tenham aderido a contratos coletivos. A autorização de funcionamento está registrada sob o nº 419.290.

As operações são conduzidas pela Empresa através das empresas do Grupo Qualicorp, atuando por meio de processos integrados no mercado de benefícios, utilizando-se da mesma estrutura operacional.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Empresa são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as entidades supervisionadas pela ANS e estão sendo apresentadas de acordo com o plano de contas e modelo de publicação da ANS estabelecido na Resolução Normativa nº 528/22.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela ANS.

As mesmas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As principais práticas contábeis adotadas pela Empresa estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

3 Políticas Contábeis

As políticas contábeis materiais adotadas foram as seguintes:

I. Princípios gerais:

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados.

Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após os próximos 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente.

i. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa e suas controladas passam a fazer parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias, e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas informações financeiras.

Os passivos financeiros referentes às aquisições de cessão de direitos e aos direitos de exclusividade são reconhecidos e atualizados, quando aplicável, com base nos contratos firmados.

Os demais passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal que se aproxima do valor justo, considerando inclusive que as operações geralmente têm prazo de vencimento de até 30 dias e que, portanto, resultam em efeitos imateriais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados como mensurados nas seguintes categorias específicas: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9).

A classificação depende do modelo de negócio da entidade e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações recorrentes correspondem a ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

I. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Empresa efetua a baixa de passivos financeiros somente quando as obrigações contratuais são extintas, e canceladas, quando expiram ou são liquidadas. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

ii. Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata

Disponível e aplicações financeiras de liquidez imediata, incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Conforme política interna, as aplicações financeiras como um todo centralizam-se naquelas de menor risco, sendo realizadas em renda fixa e cotas de fundo de renda fixa, multimercado e títulos públicos federais. A aplicação de recursos financeiros é permitida apenas em instituições sólidas com classificação de "rating" de "AAA" até "BBB" no limite de 100% e de rating "BBB" até "BBB+" no limite de 20%. Parte dos valores aplicados centraliza-se em fundos dedicados à ANS e aos Certificados de Depósito Bancários - CDBs, com rentabilidade baseada no Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI.

II. Aplicações financeiras

Para o período de 2023, incluem aplicação financeira mantida em Fundo de Investimento, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos e aplicação financeira mantida como ativo garantidor de acordo com a Resolução normativa 514/22 da ANS, cujo valor de mercado das cotas do fundo de investimento financeiro não exclusivo de renda fixa é apurado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo no qual a Empresa aplica seus recursos. Para o Período de 2023 normativa referenciada acima encontra-se revogada pela Resolução normativa 569/22, que desobriga as administradora de benefícios a manterem aplicações mantidas como ativo garantidor.

III. Créditos de operações com administração de benefícios, contraprestações/prêmios a restituir, receita antecipada de contraprestações/prêmios e débitos de operações com administração de benefícios.

Nas operações de administração de contratos coletivos por adesão efetuadas por conta e ordem de terceiros e nas operações de estipulação de contratos coletivos por adesão (contratos nos quais o estipulante é a Empresa) são realizadas as operações de cobrança dos beneficiários e o repasse às operadoras e seguradoras de saúde através da quitação das respectivas faturas, independentemente dos recebimentos (operações que envolvem o risco de crédito dos beneficiários para a Empresa), com exceção para os casos em que o risco de crédito é da seguradora/operadora de saúde.

Essas operações, com e sem risco de crédito, são contabilizadas em conta do ativo "Créditos de administração de benefícios" em contrapartida às contas de passivos de "Débitos de administração de benefícios" (valores devidos às operadoras e seguradoras) e de "contraprestações /prêmios a restituir" (valores devidos às entidades), e contas de resultado relativos à taxa de administração e repasses financeiros.

Nas operações em que a Empresa assume o risco de crédito, os valores vencidos há mais de 60 dias são baixados como perdas com créditos incobráveis, quando não há expectativa de recebimento, e registrados como recuperação de crédito, quando do efetivo recebimento.

Os recebimentos antecipados de clientes são contabilizados no passivo, na rubrica "Receita antecipada de contraprestações/prêmios".

IV. Provisão para perdas sobre créditos

Utilizando-se de uma abordagem simplificada na mensuração de créditos de liquidação duvidosa, no reconhecimento inicial de contas a receber de clientes, as Administradoras de Benefícios do Grupo Qualicorp que assumem o risco de crédito reconhecem no resultado a provisão de perdas, calculada através do percentual de inadimplência identificado no estudo interno de inadimplência (Nota Técnica atuarial em 2023) da Empresa sobre os respectivos faturamentos. Esse estudo é reavaliado anualmente a menos que ocorra uma alteração significativa no mix de operadoras/clientes ou uma alteração significativa dos prazos de cancelamentos dos clientes por débito que exija avaliação em menor prazo.

A Empresa também analisa a curva de recebimento para estimar a perda esperada para os saldos de contas a receber.

V. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Os saldos apresentados encontram-se deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, exceto para as benfeitorias em imóveis de terceiros que são amortizados de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

VI. Intangível

Está representado principalmente: (i) pelos valores dos ágios pagos nas aquisições de controladas (*); (ii) pelos valores alocados a título de relacionamento com clientes pagos na aquisição de investimentos de controladas (*); (iii) pela aquisição de cessão de direitos, adquiridas de terceiros; e (iv) pelas licenças de softwares e softwares em uso e em desenvolvimento, pagos a terceiros.

Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base no prazo em que o ativo irá gerar benefícios econômicos futuros, conforme mencionado na nota explicativa nº 13.

O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota explicativa nº 13).

VII. Redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*)

No fim de cada exercício e/ou quando houver indícios de redução ao valor recuperável, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com vida útil determinada para verificar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

VIII. Arrendamento

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se um contrato de aluguel é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, que são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor são montantes arrendados com valor contábil inferior a R\$20.

A Empresa e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa e suas controladas utilizam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento ou uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

IX. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais.

O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, do montante a ser registrado do ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros, com base em estudos técnicos de viabilidade. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Empresa e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros.

Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos

X. Apuração do resultado

As receitas decorrentes da intermediação de vendas de planos de saúde e odontológicos efetuados aos beneficiários são contabilizadas quando da efetivação das vendas, que ocorrem geralmente até o mês subsequente à liquidação dos valores devidos pelas seguradoras e operadoras. As principais receitas são as seguintes:

- I. Contraprestação/Prêmios a restituir: corresponde à remuneração mensal devida pelas operadoras e seguradoras, relativos aos serviços de estipulação do seguro ou contratação dos planos assistenciais, os quais são apropriados e recebidos mensalmente.
- II. Receita de taxa de administração: corresponde à remuneração mensal da atividade de administração e/ou estipulação dos ramos saúde e odontológico dos planos coletivos por adesão.

XI. Regime de tributação

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Adicionalmente, são constituídos: (i) provisão para imposto de renda e contribuição social sobre diferença temporária; e (ii) créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos. É registrada provisão para perdas quando não houver fortes evidências de realização dos saldos.

XII. Provisões para ações judiciais

As provisões para riscos tributários e trabalhistas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando a Administração, com base em posições dos advogados internos e externos da Empresa, considera que o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa for provável a saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança suficiente.

As obrigações legais, fiscais e previdenciárias incluem as demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, onde os montantes são registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

Já as provisões cíveis relacionadas a processos massificados (ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante), são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos, bem como as taxas de perda, onde através desse novo modelo foi possível concluir que o mesmo:

- Prove previsibilidade e confiança nos números jurídicos;
- Aprimora o controle de desempenho;
- Elimina erros contábeis e mitiga riscos;
- Uniformiza procedimentos, critérios e estimativas. Internaliza a inteligência do provisionamento;
- Gera independência na gestão interna dos processos judiciais. Contribui para cultura analítica;
- Reduz atividades operacionais a rotina do contencioso cível;

Adicionalmente, a fórmula para o cálculo é a seguinte:

$$= [(Base\ ativa \times \% \text{ Taxa de perda}) \times \$ \text{ Valor médio/mediano de desembolso}]$$

4 Estimativas, Julgamentos e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis da Empresa e suas controladas descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Nesse contexto, as estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas pela Administração da Empresa e suas controladas e baseiam-se na experiência histórica e em vários outros fatores, que estas entendem como razoáveis e relevantes.

A Empresa e suas controladas adotam premissas e fazem estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a Empresa e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos, e os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Empresa e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras. As áreas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes às demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Provisão para riscos cíveis

As provisões para riscos cíveis são reconhecidas através de um método estatístico objetivo que utiliza como referência o desempenho histórico da carteira de processos cíveis em 18 meses, considerando a média ou mediana de todos os processos.

5 Instrumentos Financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Pela natureza da sua operação e dos instrumentos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2023, a Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados e reconhecidos nas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, conforme segue:

Os instrumentos financeiros e respectivas classificações estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	38.446	-	35.873
Aplicações financeiras	-	-	-	7.095
Créditos de operações de administração de benefícios	10.623	-	6.603	-
Bens e títulos a receber - ativo circulante e não circulante	46.649	-	46.759	-
Depósitos judiciais e fiscais - ativo não circulante	748	-	581	-
Passivos financeiros:				
Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	-	-	-	-
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	4.795	-	6.593	-
Contraprestações/Prêmios a restituir	1.208	-	1.094	-
Débitos de operações de administração de benefícios	16.440	-	30.726	-
Débitos diversos - circulante e não circulante	16.322	-	11.757	-

Mensuração de valor justo reconhecida no balanço patrimonial

A tabela seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados a valor justo após o reconhecimento inicial e agrupados por nível com base em seus respectivos graus de hierarquia de valor justo:

- Nível 1 – Valores cotados num mercado ativo para ativos ou passivos idênticos: Mercado ativo aqui seria um mercado no qual as transações de ativos e passivos ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preço numa base contínua.
- Nível 2 – Inputs relevantes além dos valores cotados no nível 1, direta ou indiretamente: Inputs de nível 2 incluem valores cotados para ativos ou passivos similares no mercado ativo, bem como outros Inputs além daqueles valores cotados para o ativo ou passivo como, por exemplo, taxas de juros e curvas de rendimento.
- Nível 3 - Inputs não relevantes: Mensurações obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado. Dessa forma, por se tratar de dados não observáveis, a seleção deve ser baseada no dado mais confiável disponível por que os inputs de mensuração de Nível 3 devem incluir os riscos inerentes à técnica de avaliação e os riscos inerentes aos inputs dessa técnica.

	31/12/2023	31/12/2022
	Nível 1	Nível 1
Aplicações financeiras de liquidez imediata	38.446	35.873
Aplicações financeiras	-	7.095

Durante o período, não ocorreram transferências entre níveis.

Instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Empresa não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos para proteção de suas exposições ou para especulação.

Gerenciamento dos principais riscos

A Empresa efetua operações de estipulação e administração de contratos coletivos por adesão no segmento de seguro saúde e de planos de saúde suplementar e odontológicos.

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros, de liquidez e de capital. A administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas.

A Empresa possui controles internos que garantem que estas políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela sua Administração.

Risco de crédito

O risco de crédito advém de a possibilidade da Empresa ter que arcar com o pagamento das faturas das operadoras/seguradoras decorrentes das parcelas dos planos/seguros vencidos e não pagos pelos beneficiários.

Para mitigar este risco, a Clube de Saúde adota como prática comercial o cancelamento dos beneficiários inadimplentes conforme prazo contratual, sendo cancelados com 60 dias de inadimplência da data do vencimento da mensalidade. A metodologia de apuração da provisão para devedores duvidosos e baixa de valores incobráveis está descrita na nota explicativa nº 9.

Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Empresa vir a sofrer perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado.

Como o fluxo médio de recebimentos/pagamentos da Empresa é de 60 dias, a Administração utiliza como premissa para análise da variação de taxa de juros à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, que estão assim resumidos:

Conta	Contas patrimoniais	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Ativo circulante	7	38.446	35.873
Aplicações financeiras vinculadas	Ativo circulante	8	-	7.095
Total superávit líquido			38.446	42.968

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços, conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e nº 8.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros

As flutuações das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de aplicações financeiras e disponível e de obrigações com debêntures.

Em 31 de dezembro de 2023, se as taxas de juros de CDI fossem 10% ao ano mais altas/mais baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes o lucro do exercício aumentaria/diminuiria em R\$ 352 (R\$ 315 em 2022).

Risco de capital

A Clube de Saúde administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (como a Empresa não apresenta saldos de empréstimos e financiamentos, o endividamento líquido é representado pelo caixa e saldos de bancos detalhados na nota explicativa nº 7) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 18).

Capital base

Regulamentado pela RN569, estabelece uma regra de capital que define um montante fixo a ser observado pelas operadoras em qualquer tempo, em função da modalidade, segmentação e região de comercialização.

Na apuração do capital base as operadoras devem multiplicar o valor de referência determinado pela ANS a partir da multiplicação do fator K, que por sua vez é determinado pelo segmento e região de atuação da operadora.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital base calculado é de R\$1.936 (R\$ 1.876 em 2022), estando em conformidade com a norma vigente.

Capital baseado em riscos

Regulamentado pela RN569, CBR é uma regra de capital que define montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o risco de subscrição, o risco de crédito, o risco de mercado, o risco legal e o risco operacional

Patrimônio Líquido Ajustado

O patrimônio líquido ajustado é o patrimônio líquido ou social apurado das operadoras e ajustado por efeitos econômicos regulamentados na RN 569 de dezembro de 2022.

Conforme exposto no art.8 dessa resolução normativa as operadoras deverão manter a qualquer tempo, PLA equivalente ou superior ao capital regulatório.

O capital regulatório é o maior entre o capital base e o capital baseado em riscos.

Em 31 de dezembro de 2023 o PLA calculado é de R\$ 62.783 (R\$ 50.805 em 2022), estando enquadrado na respectiva instrução normativa.

Risco de liquidez

Considerando as atividades da Empresa, a gestão do risco de liquidez implica monitorar os prazos de liquidação dos direitos e das obrigações com o objetivo de manter uma posição de caixa com liquidez imediata para honrar compromissos assumidos.

A Empresa elabora análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados. A expectativa de fluxo de caixa para os instrumentos financeiros passivos está demonstrada como segue:

Descrição	Menos de seis meses R\$
Débitos diversos - circulante e não circulante	16.322
Receita antecipada de contraprestações/prêmios	4.795
Contraprestações/Prêmios a restituir	1.208
Débitos de operações de administração de benefícios	16.440
Total	38.765

6 Adoção de Normas de Contabilidade Novas e Revisadas

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que estão em vigor:

A Empresa e suas controladas iniciaram o exercício 2023 com alteração de normas que passaram a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2023, conforme a seguir:

Normas	Descrição da alteração
IFRS 17 / CPC 50	Contrato de Seguro: essa norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro. Administração concluiu que não houve impactos para a Empresa por não estarem relacionadas ao nosso modelo de negócio.
IAS 1 / CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: a emenda substitui o requerimento de divulgação de "políticas contábeis significativas" pela exigência de divulgar suas "políticas contábeis materiais", além de adicionar orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade na tomada de decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Empresa, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Empresa..
IAS 8 / CPC 23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a emenda altera a definição "mudança de estimativas contábeis" para "estimativas contábeis". A Empresa concluiu que não houve impactos devido a essa mudança.
IAS 12 / CPC 32	Tributos sobre o Lucro: as alterações esclarecem que ao ocorrer o reconhecimento de um ativo e passivo em transações que afete o lucro contábil ou lucro tributável ou das origens a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis deve reconhecer um passivo ou ativo fiscal diferido. A Empresa concluiu que não houve impactos com tais mudanças.
IFRS 9 / CPC 48	Instrumentos Financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

O CPC 48 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018 e aprovado pela ANS a partir de 1º de janeiro de 2023. Abaixo a demonstração dos impactos relativos à adoção inicial da norma.

- Com relação aos novos critérios de classificação de ativos financeiros, a Empresa verificou que os ativos financeiros classificados como "Empréstimos e Recebíveis" devem ser classificados como "Custo Amortizado";
- Com relação ao novo modelo de impairment, a Empresa realizará a redução de no valor recuperável no modelo de perdas de créditos esperadas e não somente no modelo de perdas de créditos incorridos, abaixo os impactos nos saldos contábeis devido a adoção.

Balanco Patrimonial	2022
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	(2.663)
Créditos tributários (a)	920
Ativo	(1.743)
Patrimônio líquido	(1.743)
Passivo e patrimônio líquido	(1.743)

Novas alterações, revisões e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações, revisões e adições de normas foram emitidas pelo IASB vigência a partir de 1º de janeiro de 2024:

Normas	Descrição da alteração
IAS 1 / CPC 26	Apresentação das Demonstrações Contábeis: As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço e que não é afetada pelas expectativas da gestão em liquidar os passivos em curto prazo. Esclarece também que se o direito de uma entidade de diferir a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento das cláusulas exigidas apenas em uma data posterior ao período de relatório ("future covenants"), a entidade tem o direito de diferir a liquidação do passivo mesmo que não cumpra essas cláusulas no final do período de relatório. Introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
IFRS 16 / CPC 06	Arrendamentos: A Alteração especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário usa ao mensurar o passivo de arrendamento decorrente de uma transação leaseback, para garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso que retém.
IFRS 7 / CPC 40	Instrumentos Financeiros: As alterações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Nesses acordos, um ou mais financiadores pagam valores que uma entidade deve a seus fornecedores. A entidade concorda em liquidar esses valores com os provedores de financiamento de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data ou em data posterior àquela em que os provedores de financiamento pagam aos fornecedores da entidade. Para esses acordos, é exigido que uma entidade forneça informações sobre o impacto dos acordos de financiamento de fornecedores sobre passivos e fluxos de caixa, incluindo termos e condições desses acordos, informações quantitativas sobre passivos relacionados a esses acordos no início e no final do período de relatório e o tipo e efeito das mudanças não monetárias nos valores contábeis desses acordos.

Não existem outras alterações, revisões, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas em relação às já divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 que possam, na avaliação da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Empresa até o presente momento.

7 Disponível

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos conta depósito - movimento – país	2.763	3.010
Operações compromissadas	38.446	35.873
Total	41.209	38.883

8 Aplicações Financeiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento ANS (*)	-	7.095
Total	-	7.095

(*) Vide item II da nota explicativa 3.

9 Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios e plano de saúde a repassar - c/ risco de inadimplência (a)	11.512	6.603
(-) Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (b)	(889)	-
Total	10.623	6.603

- a) Refere-se a valores a receber de beneficiários, cujos montantes das correspondentes faturas de planos de saúde ou apólices de seguro foram/serão pagos às operadoras ou seguradoras pela Empresa nos respectivos vencimentos das faturas.
- b) Refere-se a provisão estimada de perdas de créditos esperados determinado pela adoção do CPC 48, conforme mencionado na nota explicativa 6.

O resumo por idade dos saldos é:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	806	341
Vencidos:		
Até 30 dias	6.631	4.792
De 31 a 60 dias	4.075	1.470
(-)Perdas sobre outros créditos de operações de assistência à saúde (b)	(889)	-
Total	10.623	6.603

Movimentação da provisão para perdas sobre créditos – Resultado

	31/12/2023	31/12/2022
Perdas Efetivas	(11.050)	(6.160)
Perdas Estimadas	(4.629)	-
Saldo no fim do exercício	(15.679)	(6.160)

10 Bens e Títulos a Receber

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valores a identificar - Operadoras/seguradoras (a)	34.045	24.416
Outros	110	202
Outros títulos a receber	62	-
Total	34.217	24.618

Não Circulante	31/12/2023	31/12/2022
Valores a identificar - Operadoras/seguradoras (a)	12.432	22.141
Total	12.432	22.141

- a) Referem-se, basicamente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários que constam no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em período subsequente, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa.

Os riscos dessa operação são mensurados e reconhecidos ao final de cada ano ao resultado, para esse saldo atuais não há risco de perda em 31 de dezembro de 2023.

11 Partes Relacionadas

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações Intercompany (i)	62	1.395	-	491
Operações de mútuo (ii)	-	-	-	9.504

- i) Trata-se de valores alocados em bens e títulos a receber no ativo e débitos diversos no passivo relacionados a serviços corporativos entre empresas relacionadas.
- ii) Refere-se a contrato de mútuo realizado com a Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. cujo pagamento foi realizado integralmente em 07/03/2023.

Abaixo segue quadro com as movimentações de partes relacionadas no período findo em 31 de dezembro de 2023, nas receitas e despesas, são compostos conforme segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Clube de Saúde	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	Clube de Saúde	Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.
Serviços corporativos e rateios (i)	(6.647)	6.647	(6.312)	6.312
Atualização de mútuo	(281)	281	(2.637)	2.637

- i) Concentra todas as atividades de serviços corporativos que atendem às empresas do Grupo Qualicorp (Finanças, Controladoria, Jurídico, Administrativo, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação), cujos custos incorridos são rateados e reembolsados pelas demais empresas operacionais do Grupo.

Quanto a pessoal chave da administração, a Empresa não possui despesas de remuneração de administradores em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

12 Créditos tributários e previdenciários – ativo não circulante

Conforme o pronunciamento técnico CPC 32, segue a composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo (a)	7.131	1.057
Imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo (a)	(2.882)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos – líquidos	4.249	1.057

- a) Referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados principalmente sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa passou a contabilizar créditos tributários diferidos, como segue:

Composição do imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão perda esperada de clientes	6.207	-
Prov. para riscos - parcela relativa a empresas e/ou períodos sujeitos ao regime de tributação lucro real	862	779
Cut Off	26	-
Provisão PPR	12	-
Outras provisões	5	258
Ajuste Adoção de Novas Normas	19	19
Ajuste a valor presente	(2.882)	-
Total dos créditos tributários contabilizados	4.249	1.056

Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal. A seguir, apresentamos a estimativa de realização desses créditos, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros:

Ano	31/12/2023	31/12/2022
2023	-	1.056
2024	7.131	-
Total	7.131	1.056

O valor presente do total dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 5.034 para a Empresa, calculado pela taxa SELIC, tendo em vista o prazo estimado de realização das diferenças temporárias.

13 Intangível

	Taxa anual de amortização - %	31/12/2023			31/12/2022		
		Custo	Amortização Acumulada	Saldo	Custo	Amortização Acumulada	Saldo
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades	13	56.483	(37.722)	18.761	56.483	(29.543)	26.940
Acordo de não competição	20	7.198	(7.198)	-	7.198	(7.198)	-
Softwares e softwares em desenvolvimento	20	29	(28)	1	29	(22)	7
Comissão de Obtenções de Vendas		5	(5)	-	4	(2)	2
Total		63.715	(44.953)	18.762	63.714	(36.765)	26.949

	Saldo 31/12/2022	Adição	Amortização	Saldo 31/12/2023
Aquisições de cessão de direitos - segmento Afinidades	26.940	-	(8.179)	18.761
Acordo de não competição	-	-	-	-
Softwares e softwares em desenvolvimento	7	-	(6)	1
Comissão de Obtenções de Vendas	2	-	(2)	-
Total	26.949	-	(8.187)	18.762

14 Débitos de Operações de Administração de Benefícios

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o valor é de R\$16.440 (R\$30.726 em 31 de dezembro de 2022) correspondente a faturas de seguro-saúde a serem pagas às seguradoras/operadoras no vencimento das faturas, independentemente do recebimento por parte dos beneficiários, cujos pagamentos foram substancialmente efetuados até 31 de janeiro de 2024.

15 Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Antecipações de prêmios de seguros e de processamento de cobrança (a)	4.795	6.593
Antecipações de taxa de administração (b)	-	-
Total	4.795	6.593

- Referem-se a recebimentos antecipados de cobrança de beneficiários de contratos de planos e seguros-saúde. O montante arrecadado é repassado às operadoras e seguradoras quando do vencimento das respectivas faturas. Os valores foram, substancialmente, repassados às operadoras e seguradoras até o dia 31 de dezembro de 2023.
- Referem-se à taxa de administração recebida antecipadamente dos beneficiários e apropriada em receita no mês da competência.

16 Débitos Diversos

Circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de dividendos a pagar	5.653	-
Devolução a Beneficiários	65	127
Valores Identificar Seguradoras/Operadoras (a)	8.660	1.157
Reembolso de despesas a pagar	1.395	507
Obrigações com pessoal	122	134
Arrendamento a pagar	8	24
Outros	410	270
Total do Circulante	16.313	2.219

Não Circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Operações de Mútuo (b)	-	9.504
Arrendamento a pagar	9	34
Total do Não Circulante	9	9.538

Total Geral	16.322	11.757
--------------------	---------------	---------------

- a) Referem-se, substancialmente, à diferença temporal entre a relação de beneficiários constantes no sistema/controles internos da Empresa e a relação analítica dos beneficiários constantes nas faturas pagas e/ou a pagar das operadoras/seguradoras de planos de saúde e planos odontológicos, que são regularizados em períodos subsequentes, após o processamento das movimentações enviadas pela Empresa.
- b) Referem-se a saldo de transações com empresas ligadas, conforme descrito na nota explicativa nº 11.

17 Provisões Para Ações Judiciais

Durante o curso normal de suas atividades, a Empresa está exposta aos riscos oriundos de contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, para as quais, com base na opinião de advogados externos/internos e estimativas da Administração foram constituídas provisões conforme quadro a seguir:

	31/12/2022	Adições	Reversões	31/12/2023
Cíveis (a)	1.560	392	(90)	1.862
Regulatório - ANS (b)	667	110	(170)	607
Trabalhistas e previdenciárias (c)	12	-	-	12
Total	2.239	502	(260)	2.481

Descrição dos principais processos e/ou riscos, em 31 de dezembro de 2023:

- a) A empresa é parte passiva em processos cíveis em andamento, sendo o montante de R\$1.862 (R\$ 1.560 em 2022), estimado como provável o desembolso de caixa, para os quais foi constituída provisão. Avaliados como possível o desembolso de caixa, R\$1.565 (R\$1.099 em 2022) para os quais, não foram constituídas provisões. As principais causas versam sobre (i) percentual de reajuste aplicado aos contratos. Sejam eles reajustes anuais ou por faixa etária. (ii) exigência de coberturas de procedimentos médicos não previstos no contrato de assistência à saúde coletiva por adesão ou no rol de procedimentos da ANS. (iii) pedidos de reativação de planos de saúde cancelados por falta de pagamento das mensalidades se encontram em fase de discussão na esfera administrativa e/ou judicial; (iv) questionamento por parte dos beneficiários devido à cobrança de mensalidades em atraso não

quitadas e protestadas junto à empresa de proteção ao crédito referenciado de mercado.

- b) A Empresa é parte passiva em processos regulatórios ANS em andamento, sendo o montante de R\$ 607 (R\$ 667 em 2022) avaliado como perda provável, para o qual foi constituída provisão, e de R\$ 445 avaliado como perda possível, para o qual não foram constituídas provisões.
- c) A Empresa é parte passiva em processos trabalhistas que se encontram em discussão na esfera administrativa e/ou judicial e que versam, principalmente sobre o pagamento de verbas rescisórias, diferenças salariais, horas extras e reflexos. As provisões constituídas para eventuais perdas decorrentes de referidos processos trabalhistas totalizam o montante de R\$ 12 (R\$12 em 2022). Não há demandas para os riscos cujas chances de perda são classificadas como possível.

18 Patrimônio Líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Empresa é de R\$ 45.133 (mesmo montante de 2022), representado por quotas no valor nominal de R\$1,00 (um real) onde a participação dos quotistas da Empresa é a seguinte:

Reserva legal

A Empresa destina 5% (cinco por cento) do resultado do exercício para formação da reserva legal até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito ou se o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social, após compensar integralmente seus prejuízos acumulados, seguindo as mesmas práticas contábeis das demais empresas do Grupo Qualicorp para manter a uniformidade contábil. Em 31 de dezembro de 2023 o valor da reserva legal é de R\$2.753 (R\$1.949 em 31 de dezembro de 2022), constituindo por tanto R\$804 no ano de 2023.

Distribuição de resultados e outras reservas de lucros

A Empresa, por deliberação da Diretoria, poderá ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, bem como poderá efetuar o pagamento de juros sobre o capital próprio, a crédito dos dividendos anuais ou intermediários, podendo tais dividendos serem imputados ao dividendo obrigatório.

Segue abaixo quadro que será levado para aprovação da diretoria na proposta da distribuição de dividendos de 2023 com pagamento até 31 de dezembro de 2024.

Destinação do Lucro líquido	2023	2022
Lucro líquido do exercício	16.088	16.396
Antecipação de dividendos intercalares no exercício	- 3.233	- 360
Constituição de reserva legal	- 804	- 820
% dos dividendos intercalares sobre o lucro líquido do exercício	20,10%	2,20%
Constituição de reserva de lucros.	12.051	15.216

Adicionalmente, no exercício de 2023, foram pagos o montante de R\$ 7.244 a título de distribuição de dividendos propostos relativos ao período de 2022.

19 Outras Despesas de operações de Planos de Assistência à Saúde

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ganhos/(Perdas) operacionais (a)	(6.750)	(13.616)
Provisão Ganhos/(Perdas) operacionais	139	(140)
Repasse financeiros de contratos de adesão	(6.880)	(5.537)
Prejuízo na boletagem (b)	(3.095)	(3.445)
Reversão/(provisão) de provisões para riscos	(242)	247
Total	(16.828)	(22.491)

- a) Referem-se aos custos relativos aos repasses financeiros incorridos nos convênios firmados com as entidades de classe para estipulação e comercialização dos planos coletivos por adesão.
- b) Refere-se a prejuízo nas operações de administração de planos, onde beneficiários adquiriram planos contratados com benefícios que são assumidos pela Empresa.

20 Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Gastos com pessoal	(6.467)	(5.800)
Depreciações e amortizações	(8.200)	(8.902)
Auto de infração	(232)	(723)
Gastos com localização e funcionamento	(196)	(355)
Gastos com serviços de terceiros	(5.052)	(3.977)
Outras despesas administrativas	(1.256)	(857)
Total	(21.403)	(20.614)

21 Receitas (Despesas) Financeiras

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Juros e multa sobre recebimentos em atraso de contratos com risco de inadimplência (a)	3.023	3.042
Atualização monetária sobre acordo com operadoras	3.747	4.217
Rendimentos com aplicações financeiras	3.521	3.151
Total de receitas financeiras	10.291	10.410
Despesas financeiras:		
Despesas Bancárias	(2.265)	(5.983)
Descontos concedidos	(438)	(383)
Outras despesas	(247)	(31)
Total de despesas financeiras	(2.950)	(6.397)
Resultado financeiro	7.341	4.013

- a) Referem-se aos valores de juros e multas arrecadados pela Empresa nas operações de administração e estipulação de benefícios coletivos por adesão. Estes valores são recebidos dos beneficiários que efetuam a quitação de seus títulos após a data de vencimento.

22 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com tributos incidentes são demonstradas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e após participações	18.795	22.392
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34,0%	34,0%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(6.390)	(7.613)
Perdas com Créditos Incobráveis	(202)	(90)
Ajuste IFRS	2546	-
Mútuo	96	897
PAT em Dobro	23	96
Outros	1.221	716
Total das despesas de IRPJ/CSLL	(2.707)	(5.995)
Taxa efetiva IRPJ/CSLL (%)	14,40%	26,77%

Refere-se a imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados principalmente sobre diferenças temporárias dedutíveis de lucros fiscais futuros. Para maiores detalhes ver nota explicativa 12.

23 Conciliação do Lucro Líquido e Caixa Operacional

Em conformidade com o CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a conciliação do lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais é composto como segue:

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	18.795	22.391
Ajustes por:		
Depreciações e amortizações	8.200	8.902
Perda por redução ao valor recuperável	(7)	(72)
Provisão de Reajuste	-	-
Receitas/Despesas financeiras	-	-
Provisão (reversão) para riscos	242	(247)
Variação dos ativos e passivos operacionais:	27.230	30.974
Redução (aumento) de Créditos de operações de administração de benefícios	(5.765)	659
Aumento (redução) de Outros créditos a receber a longo prazo	-	-
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	(8)	-
Aumento (redução) Provisão para IR e CSLL	(798)	940
Redução (aumento) de Débitos de operações de administração de benefícios	(14.286)	25.823
Aumento (redução) de Contraprestações / Prêmios a restituir	114	(234)
Redução (aumento) de Bens e títulos a receber	110	(9.088)
Redução (aumento) de Despesas antecipadas	(76)	-
Redução (aumento) de débitos diversos	1.227	(14.465)
Aumento (redução) de Receita antecipada de contraprestações / prêmios	(1.798)	326
Redução (aumento) de créditos tributários e previdenciários	(128)	(676)
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(167)	(224)
Redução (aumento) de aplicações financeiras	7.095	(658)
Caixa proveniente das (utilizado nas) operações	12.750	33.377
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.598)	(3.319)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	7.152	30.058

24 Aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Empresa foram aprovadas em forma definitiva pela Administração em 21 de março de 2024 e contemplam todos os eventos subsequentes ocorridos desde a data de encerramento de 31 de dezembro de 2023, quando aplicável.

Mauricio da Silva Lopes
Diretor Presidente

Eduardo Ribeiro Farias de Oliveira
Diretor

Carlos de Almeida Vasques de Carvalho
Diretor Financeiro

Adriana Ricardo Arrais
Contadora - CRC. 1SP213332/O-7

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Qualicorp. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/A8C6-8ED3-5409-9E2D> ou vá até o site <https://qualicorp.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: A8C6-8ED3-5409-9E2D



Hash do Documento

1F3A898BDC7F104E10F12F823D73195506A22AF2C822758BB0BF5B4178BD0D0A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/03/2024 é(são) :

☒ Adriana Ricardo Arrais - ***.929.108-** em 27/03/2024 19:51

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

